

Portugal-África 30 anos depois

Fernando Jorge Cardoso . IEEI

Ciclicamente, com as comemorações do 25 de Abril, renasce na sociedade portuguesa o debate sobre a descolonização, usualmente centrado em duas posições antagónicas: uma que aponta para a má condução do dossier da descolonização, alegando que teriam sido possíveis processos de transição assentes em eleições e que tivessem preservado melhor os interesses portugueses; outra que defende a inevitabilidade dos processos de independência tal como aconteceram, dada a legitimidade internacional dos movimentos de libertação e a incapacidade do governo português em manter posições negociais assentes na força militar.

É hoje evidente o isolamento internacional a que o antigo regime se encontrava sujeito, que só não foi mais profundo em virtude das clivagens da guerra fria e da pertença portuguesa à NATO. Este debate cíclico raramente traz a terreno a situação do lado de lá, isto é, a indisponibilidade dos movimentos armados de libertação para aceitar outros protagonismos internos ou a competição democrática pelo poder. A decisão de não descolonizar assumida pelo antigo regime no final dos anos 50, acabou por motivar os diversos processos de luta armada pela independência. É, pois, ao antigo regime que devem ser pedidas contas relativas a dívidas ou injustiças decorrentes da forma como os processos de independência ocorreram.

Passados trinta anos, as relações entre Portugal e África mantiveram-se, do ponto de vista da economia, da política e da opinião pública portuguesa, essencialmente confinadas às relações entre Portugal e as suas antigas colónias – longe, porém do lugar que ocupavam nos regimes de Salazar e Caetano. O 25 de Abril, o fim do império, a transição democrática e a integração europeia levaram a que, num curto período histórico, a economia portuguesa se tivesse ancorado na Europa, com preponderância para a vizinha Espanha, e aberto novas pontes de relacionamento com outros países, designadamente o Brasil.

O peso de África nas relações económicas externas portuguesas manteve-se marginal a partir de 1975, variando entre 2% a 3% dos investimentos e do comércio. Esta realidade económica não teve tradução no discurso político, já que os países africanos de expressão portuguesa e, a partir da segunda metade dos anos 80, o Brasil, mantiveram lugar cimeiro nas prioridades declaradas pelos sucessivos governos. Do mesmo modo, na opinião pública, designadamente na opinião publicitada, os novos países africanos, com relevo para Angola, conservaram sempre um lugar central até final dos anos 90, momento em que a Europa e, particularmente,

os assuntos de natureza doméstica, passaram a dominar a imprensa portuguesa.

Como se posicionam e quais as dinâmicas presentes nos Estados africanos de língua oficial portuguesa? Em Moçambique, o fim da guerra civil em 1992 e as eleições democráticas de 1994 criaram um quadro de estabilidade política e de segurança que levou, nos últimos quatro anos, à progressiva diminuição do peso de Portugal no comércio externo, à afirmação da África do Sul como parceiro privilegiado e ao aparecimento de actores tão diversos como a Austrália, a Malásia, ou a Irlanda, fruto do arranque de grandes projectos de exportação (alumínio, gás natural) e da recente recuperação espectacular da produção e exportação de produtos tradicionais como o açúcar.

Já no investimento a posição de Portugal é mais saliente. Resultado da transformação de dívidas em activos e, principalmente, da tomada de posição maioritária por parte de grupos financeiros portugueses na rede bancária



moçambicana, a presença do investimento português aumentou nos anos 90. Paradoxalmente, o mais conhecido investimento português em Moçambique e na região, Cahora Bassa, actualmente responsável por 15% das exportações moçambicanas, sempre foi visto pelos diversos governos portugueses como fardo financeiro e não como investimento, estando praticamente perdidas as hipóteses de entrada no negócio da distribuição de energia na África Austral, dominado pelos sul-africanos.

A Frelimo, no poder desde a independência, nunca considerou prioritário o reforço das relações com Portugal. Não obstante este facto, para o qual contribuiu a forma negativa como foi sendo vista a acção da comunidade portuguesa na África do Sul, a defesa da língua portuguesa mereceu sempre lugar prioritário nas políticas dos governos moçambicanos, sendo consensual no actual quadro partidário. Na verdade, o português é não só veículo de comunicação interno, mas também elemento estratégico de afirmação de identidade regional.

Mais que política africana, talvez também como consequência do afunilamento das relações com os países de expressão portuguesa, o que tem acrescida importância é a tentativa de construção de uma política de apoio à lusofonia, onde se inclui o Brasil e Timor, através da CPLP.

Em Angola, o fim da guerra civil aconteceu somente há dois anos. Desde 1975 que a economia angolana se desintegrou, tendo funcionado em ilhas urbanas, assente nas economias da exploração do petróleo e dos diamantes e na ajuda externa. Mais do que qualquer outro dos países africanos, Angola manteve-se presente na opinião pública portuguesa, provocando acesos debates na cena política. Se ao nível das relações Estado a Estado sempre se respeitou a legitimidade dos governos do MPLA, a questão angolana deu origem a clivagens, tanto entre os partidos como no seu interior.

Angola, no imaginário português, ainda é um destino de eleição de investimento e de comércio, apesar da não competitividade portuguesa nos negócios do petróleo (a Galp tenta agora recuperar algum terreno) e dos diamantes, sectores onde pontificam os interesses norte-americanos, britânicos, franceses, ou mesmo russos e brasileiros. O investimento directo português dirige-se sobretudo ao sector bancário, tendo perdido pujança na construção civil, um dos presumíveis sectores privilegiados no arranque da economia angolana do pós-guerra.

Nos outros três países, a presença portuguesa é, regra geral, maioritária no comércio e no investimento. Em Cabo Verde,

país com os maiores indicadores internos de apoio à CPLP, é visível o sentimento de pertença à região euro-atlântica, estando em curso uma tentativa de aproximação à União Europeia e à chamada Macaronésia, integrada pelas Canárias, a Madeira e os Açores. Em S. Tomé e Príncipe, as relações privilegiadas com Portugal são consensuais, sendo, no entanto, previsível o aumento da influência da Nigéria e das companhias norte-americanas, francesas e britânicas presentes no negócio da exploração do petróleo no *off-shore* do Golfo da Guiné. Também na Guiné-Bissau, apesar do colapso da economia e da instabilidade política, o relacionamento com Portugal é privilegiado no discurso partidário e das elites, ciosas da sua identidade regional. A presença portuguesa nos restantes países africanos, incluindo a África do Sul, com uma grande comunidade lusa, é pouco relevante, seja em termos de investimento ou em termos comerciais.

Neste cenário, que tipo de política africana interessa ao Estado português? E, tão importante como a existência (ou não) de uma política africana, que instrumentos de execução dessa política existem e quais os que faz sentido criar? É hoje pouco clara a existência de uma política portuguesa para África – e o próprio conceito de política africana é discutível. Na verdade, do ponto de vista analítico, a política externa portuguesa define-se hoje mais em termos de princípios, como a defesa da democracia e dos direitos humanos, e de interesses económicos e políticos, como a pertença à União Europeia. Mais que política africana, talvez também como consequência do afunilamento das relações com os países de expressão portuguesa, o que tem acrescida importância é a tentativa de construção de uma política de apoio à lusofonia, onde se inclui o Brasil e Timor, através da CPLP.

Recentemente, o governo português decidiu separar, na ordem interna, a ajuda ao desenvolvimento, virada para as acções humanitárias e de desenvolvimento, e que se mantém na tutela dos Negócios Estrangeiros, da designada «cooperação empresarial», que passou para a responsabilidade da pasta da Economia, tendo praticamente sido absorvida em instrumentos de apoio à internacionalização das empresas. Esta separação interna foi acompanhada, ao nível externo, pela concentração da responsabilidade pela cooperação e pelos negócios na esfera de responsabilidade dos embaixadores. Ou seja, trinta anos depois do 25 de Abril, verifica-se a dispersão de centros de decisão sobre prioridades e instrumentos de acção externa do Estado português em África – e nas outras regiões.